



Águas, Fontes e Aguadeiros: Uma reflexão sobre o abastecimento hídrico de Nossa Senhora do Desterro no século XIX*

Aline Gabriela Klauck ¹
João Klug ²

RESUMO:

No debate do historiador com o seu tempo a temática ambiental se faz cada vez mais presente, e, dentro desta, a temática relativa à água, seus usos em diferentes épocas e em diferentes sociedades, certamente se constitui em um tema de grande relevância. Desta forma, neste texto se propõe uma análise prospectiva do abastecimento hídrico da cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) no século XIX, com destaque aos aspectos materiais e culturais das relações estabelecidas entre os habitantes da cidade e suas águas. Como fontes são utilizados documentos oficiais, como relatórios de Presidente da Província, atas e ofícios da Câmara Municipal de Florianópolis, bem como o Código de Posturas Municipais, de modo a perceber como o poder público, através de leis, regulamentos e decretos, procurava normatizar esses usos e o acesso ao recurso. Busca-se, sob o viés da História Ambiental, atentar para relação dos sujeitos com o mundo natural que os circunda, e, sobretudo, para os usos do recurso natural hídrico, considerando o lugar e o papel que o meio ambiente ocupa nas transformações sociais determinadas historicamente. A presente abordagem historiográfica, sem deixar de considerar uma realidade de mau uso do recurso hídrico, buscou observar os demais aspectos das condições históricas do uso e do gerenciamento deste recurso natural na cidade de Desterro, evidenciando sociabilidades, conflitos, gestos e sensibilidades, entre outras questões relacionadas ao tema.

Palavras-Chave: História Ambiental; Água; Abastecimento; Florianópolis.

* Este artigo foi originalmente publicado em: Klauck AG, Klug J 2017. Águas, fontes e aguadeiros: uma reflexão sobre o abastecimento hídrico de Nossa Senhora do Desterro no Século XIX. *Fronteiras* 6(2): 106-126. Available from: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2203>

¹ Mestrado em andamento em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. alineklauck@hotmail.com

² Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. joaoklug@yahoo.com.br

Inúmeras são as questões ambientais que preocupam a sociedade contemporânea: o provável agravamento do efeito estufa; as consequências ainda imprevisíveis da produção e do consumo de alimentos geneticamente modificados, bem como a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos; a transformação de grandes áreas de florestas em desertos; e ainda, a escassez de água e de outros recursos naturais, que desaparecem no desperdício de um consumo irracional (Duarte 2005 p. 156). Essas ameaças despertam cada vez mais as atenções para o meio ambiente e para o relacionamento dos seres humanos com a natureza em diferentes épocas e sociedades.

A crise hídrica no Brasil e no mundo, portanto, aliada a uma cultura do desperdício, se insere como objeto indispensável na agenda de pesquisadores das mais diversas áreas. A temática relativa à água tem ocupado lugar central não apenas no conjunto de prioridades de instituições políticas, como também é uma das principais preocupações ambientais de sociedades em todo o mundo. Os *Eurobarômetros*³ sobre ambiente, realizados desde o início da década de 1980, por exemplo, mostram que os europeus colocam as preocupações associadas à água em primeiro plano ao refletirem sobre o meio ambiente e ao assinalarem os principais danos ambientais (Schmidt & Delicado 2014).

Cientes de que diferentes sociedades, em diferentes momentos e espaços, desenvolveram demandas e usos distintos da água, neste texto se propõe uma análise prospectiva do abastecimento hídrico da cidade de Nossa Senhora do Desterro⁴ no século XIX, com destaque aos aspectos materiais e culturais das relações estabelecidas entre os habitantes da cidade e suas águas. Busca-se, portanto, atentar para relação dos sujeitos com o mundo natural que os circunda, e, sobretudo, para os usos do recurso natural hídrico, considerando o lugar e o papel que o meio ambiente ocupa nas transformações sociais determinadas historicamente.

Entre estes podemos destacar o uso das fontes, chafarizes e bicas, e demais formas de acesso às águas; como era feito o abastecimento do espaço urbano em geral, reconhecendo especialmente as dificuldades enfrentadas e carências deste serviço na antiga Desterro; a atuação dos diversos agentes sociais – em especial, escravos, vigias, donos de fontes, carregadores de água e/ou aguadeiros – ligados com a dinâmica local da água em Desterro; e ainda a atuação dos poderes públicos municipais e

³ Desde o ano de 1973 a União Europeia se encarrega de estudar a opinião pública de cada um de seus Estados Membros. As pesquisas do ‘Eurobarômetro’ analisam grandes temas de interesse para os cidadãos europeus como, por exemplo: a situação social e econômica, desenvolvimento, saúde, cultura, tecnologia, meio ambiente etc. [cited 2016 Feb 6]. Available from: http://ec.europa.eu/spain/sobre-la-ue/euro-barometro/index_es.htm.

⁴A denominação de Nossa Senhora do Desterro, ou apenas Desterro, se refere ao antigo nome da atual cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Esta denominação perdurou desde sua fundação, no ano de 1673 até o ano de 1894, com o fim da Revolução Federalista, em virtude da homenagem ao então presidente da República, Floriano Peixoto, passando assim a cidade a se chamar “Florianópolis”.

Aline Gabriela Klauck; João Klug

estaduais na regulamentação da distribuição da água na cidade, e como leis, decretos ou códigos ditaram parâmetros para o uso da água.

Buscamos perceber, sobretudo, como os aspectos econômicos e sociais do abastecimento hídrico de Desterro no século XIX, devem ser entendidos de maneira indissociável do componente cultural destas práticas, seus usos e representações. Não podemos também deixar de fazer menção a característica insular da cidade de Desterro/Florianópolis, de modo que, portanto, as questões relativas ao abastecimento de água se tornam ainda mais complexas, dada a pouca abundância de água doce na Ilha, tanto no século XIX como em tempos atuais.

É ainda importante destacar, que a análise das transformações da relação humana com elementos da natureza e de suas influências na vida de uma sociedade nos permite também uma leitura de novos ângulos da história local, considerando a questão ambiental como elemento essencial.

Assim como propõe o historiador Fernand Braudel em seu estudo sobre as estruturas do cotidiano europeu nos séculos XV a XVIII, a introdução da vida cotidiana nos domínios da história nos abre um universo de possibilidades, de modo que quanto mais encurtamos o espaço da nossa observação, mais aumentam as oportunidades de nos encontrarmos no próprio terreno da vida material. A maneira de vestir, de comer, de ter acesso à água e os usos que dela são feitos, para os diversos estratos da sociedade, são sempre diferentes (Braudel 1995 p. 17).

Da mesma forma, este ensaio se constitui em uma longa viagem do lado de cá das facilidades e dos hábitos que a vida material atual nos proporciona. Por certo, nos conduz a um outro universo de homens e mulheres em relação com os recursos da natureza:

No plano das ideias, os homens do século XVIII são nossos contemporâneos, o seu espírito, as suas paixões, permanecem suficientemente próximos dos nossos para que não haja defasagem. Mas se o mestre de Fernay nos retivesse em sua casa durante alguns dias todos os pormenores da vida cotidiana, até o cuidado que tivesse com a sua pessoa, nos surpreenderiam muito. Entre ele e nós abrir-se-iam terríveis distâncias: a iluminação a noite, o aquecimento, os transportes, os alimentos, as doenças, os medicamentos... Temos pois de, de uma vez por todas, nos desprender de nossas realidades ambientes para fazer, como convém, esta viagem contra a corrente dos séculos, para reencontrar as regras que, durante muito tempo, encerraram o mundo numa estabilidade bem pouco explicável quando pensamos na mutação fantástica que iria se seguir. (Braudel 1995 p. 16).

Donald Worster, em um importante artigo de 1988, publicado no Brasil em 1991, no qual procurou sintetizar e balizar os principais elementos do “fazer história ambiental”, destaca que há três conjuntos de questões que a História Ambiental enfrenta, ou ainda, três grupos de perguntas que ela procura responder, cada um deles exigindo contribuições de outras disciplinas e aplicando métodos especiais de análise. Esses três níveis constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. E esse todo muda

conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa o passado e chega ao presente (Worster 1991 p. 202).

Desta forma, no presente texto, nos encontramos imersos neste terceiro nível de análise proposto por Worster, o qual traz um tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significações se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza, e em nosso caso, mais especificamente, com os recursos hídricos. Para o historiador, o objetivo principal deve ser descobrir como uma cultura percebeu e avaliou a natureza, de modo que os historiadores ambientais, segundo Worster, têm desenvolvido seus melhores trabalhos neste nível de análise cultural, estudando as percepções e os valores com que as pessoas interagem e refletem sobre o mundo não-humano (Worster 1991 p. 210).

A TEMÁTICA AMBIENTAL NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

O historiador contemporâneo, ao dedicar-se ao estudo das sociedades do passado, está ciente da impossibilidade de realizar análises que não levem em conta a particularidade do lugar social de onde ele fala e do contexto no qual realiza sua investigação. Nesta perspectiva, a história é parte da realidade da qual trata, e o projeto de entendimento das formas passadas de existência de outras sociedades adquire sentido como parte do projeto de entendimento da nossa própria existência (Duarte 2005). Em nosso fazer, portanto, fortalecemos o pressuposto de uma história para o presente, cujo objetivo é compreender a realidade a partir do estudo do passado, com vistas a transformá-la.

É possível observar, na sociedade brasileira nas últimas décadas, a constituição social, cultural e histórica de novas percepções sobre a natureza e de novas formas de interação com ela. Deste modo, como afirma a historiadora Regina Horta Duarte (2005 p. 147), “A historiografia brasileira dedicada às análises das interações entre as sociedades e a natureza ao longo do tempo, pode ser então pensada como uma das inúmeras práticas constituintes de uma nova postura cultural desta sociedade em relação ao seu meio ambiente”.

No debate do historiador com o seu tempo, portanto, a temática ambiental se faz cada vez mais presente na historiografia contemporânea, e dentro desta, a temática relativa à água, seus usos em diferentes épocas e em diferentes sociedades, bem como o desafio de gestão dos recursos hídricos na atualidade, face às demandas crescentes e conflitos pelo seu uso, certamente se constitui em um tema de grande relevância.

Segundo Paulo Henrique Martinez (2006 p. 39), a compreensão histórica das relações entre as sociedades humanas e a natureza tem se constituído em uma experiência social crescente, motivada

Aline Gabriela Klauck; João Klug

tanto pelo uso dos recursos naturais quanto pelas práticas cada dia mais insustentáveis dessa utilização. Devemos estar atentos ainda, enquanto historiadores, às mudanças e permanências nas formas como estas sociedades têm recorrido ao mundo natural para suprir suas necessidades biológicas e sociais ao longo do tempo.

Como afirma Donald Worster (2012 p. 368), a natureza muda, ainda que nem sempre as mudanças sejam claras aos observadores. Da mesma forma, o que nós queremos da natureza também muda, o que queremos e o que retiramos dela nem sempre são o mesmo, seja para os ambientalistas ou para os agentes do desenvolvimento. Em vista disso, mudanças nas atitudes das pessoas em relação ao mundo natural tem estado entre as mais tocantes histórias descritas pelas pesquisas realizadas no campo de estudos da História Ambiental (Worster 2012 p. 367).

O uso dos recursos naturais, portanto, tem uma longa trajetória histórica, na qual a utilização de determinados recursos permanece, como é o caso da água, muitas vezes sob diferentes e/ou novas formas, ao passo que outros são frequentemente substituídos, especialmente no caso de fontes de energia e de matérias-primas (Martinez 2006 p. 47).

Como sustenta Michel de Certeau (1982 p. 79), a ciência do meio ambiente não permite mais que se isole das estruturas naturais a extensão indefinida das construções sociais. Desta maneira, ao abordar a natureza como tema para a história, devemos tratar das transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com sua natureza, com o seu ambiente natural. Da mesma forma, historiadores em sua prática, em seu fazer histórico, também participam do trabalho que transforma a natureza em ambiente, modificando assim a própria natureza do ser humano. E, por conseguinte, nessa prática, não pode mais ser encontrada uma dicotomia que opõe o natural ao social, mas sim a conexão entre uma socialização da natureza e uma “naturalização”, ou materialização, das relações sociais.

Deve-se ressaltar ainda que, a história do abastecimento hídrico e dos usos da água em diferentes espaços e épocas possui uma característica especial: a de ser contínua, embora de variados modos e intensidade, uma vez que se trata de um recurso essencial às diferentes formas de vida. Isto é, existem recursos naturais que hoje não têm a mesma procura e utilização que tiveram no passado, tratando-se de recursos naturais usados temporariamente. Pode-se citar como exemplo o óleo de peixe, sobretudo de baleia, empregado em grande escala na iluminação de ambientes públicos e domésticos. Produto natural muito consumido na vida colonial e imperial brasileira, mas que perdeu sua utilidade com o desenvolvimento da eletricidade (Martinez 2006 p. 44).

Quando tratamos do fazer historiográfico, segundo Dora Shellard Corrêa (2012-2013 p. 49), a História Ambiental latino-americana também reproduz algumas das questões existentes hoje dentro da

Aline Gabriela Klauck; João Klug

historiografia em geral, tais como: se a história é discurso ou acontecimento; em que medida as mediações entre o historiador e a realidade retratada no documento são deformadoras; sobre a relação existente entre a cultura e a natureza, entre outras. No entanto, assim como os historiadores econômicos, os ambientais não levaram em conta, em suas primeiras análises, a possibilidade de ir além do espaço físico percebido, extrapolando os limites de estudos que se restringiam apenas aos aspectos materiais.

No entanto, como afirma José Augusto Pádua (2010 p. 93), a produção teórica em História Ambiental vem chamando a atenção para a necessidade de, ao destacar a importância do mundo biofísico, não incorrer no erro de considerar que este se apresenta de forma direta, positiva e imediata à percepção humana. O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e sob a influência de visões culturais historicamente construídas. E, neste sentido, a apropriação dos recursos da natureza bem como a valoração das paisagens possuem uma clara historicidade.

Em um exame preliminar da produção existente, pode-se supor que a História Ambiental esteja mais próxima da História Econômica no que diz respeito à atenção dada às questões materiais, ou materialidades. Em certa medida, isto pode ser explicado porque, pelo menos no caso do Brasil, os primeiros modelos de enfoque e de tratamento do meio ambiente tenham sido fornecidos pela História Econômica. Ou ainda, pelo fato de que, assim como aqueles historiadores, os ambientais também sejam chamados a participar de projetos de planejamento e de instrução de políticas públicas. No entanto, se tivermos como objeto de análise as produções da última década neste campo, podemos perceber o aprofundamento de um diálogo entre a História Ambiental e a História Cultural (Corrêa 2012-2013 p. 48-49).

O historiador, segundo Certeau, pode transformar em cultura os elementos que extrai de campos naturais:

Desde a sua documentação (onde ele introduz pedras, sons, etc.) até o seu livro (onde plantas, micróbios, geleiras, adquirem o estatuto de objetos simbólicos), ele procede a um deslocamento da articulação natureza/cultura. Modifica o espaço, da mesma forma que o urbanista, quando integra o campo no sistema de comunicação da cidade, o arquiteto quando transforma o lago em barragem, [...]. Modifica o meio ambiente através de uma série de transformações que deslocam as fronteiras e a topografia interna da cultura. Ele "civiliza" a natureza – o que sempre significou que a "coloniza" e altera (Certeau 1982 p. 80).

Para José Augusto Drummond (1991 p. 182), um dos pressupostos teóricos que a história do meio ambiente, ou História Ambiental, nos apresenta, é o de “explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas”. Desta forma, no estudo do papel da cultura nos usos dos recursos naturais, devemos ter em mente que um

Aline Gabriela Klauck; João Klug

recurso só se constitui como recurso quando culturalmente identificado e avaliado como tal. Do mesmo modo “não existem recursos naturais *per se*. Os recursos não se impõem unilateralmente à cultura, embora possam vetar alguns caminhos e estimular outros” (Drummond 1991 p. 182).

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DESTERRO NO SÉCULO XIX: CONFLITOS SOCIAIS, USOS E REPRESENTAÇÕES

Paulo Henrique Martinez (2007 p. 73), em estudo sobre o histórico do abastecimento de água na cidade de São Paulo, propôs a seguinte reflexão: “Como a água se tornava disponível para o consumo nas cidades?”. Questão a princípio elementar, mas que, todavia, serve de ponto de partida para o problema de pesquisa que aqui se propõe: como a água se tornava disponível para o consumo da população em Desterro no século XIX.

Como afirma Fernand Braudel (1995) a água nem sempre existia em abundância, e, apesar dos conselhos de médicos ou especialistas que consideravam certa água preferível a outra conforme o risco de doenças, deviam contentar-se com a que lhes era disponível: “da chuva, da ribeira, da fonte, da cisterna, do poço, do cântaro ou do recipiente de cobre onde é sensato tê-la de reserva na casa de uma família prudente.” (Braudel 1995 p. 202).

Na Europa, nos séculos XVII e XVIII, mesmo as cidades mais ricas não possuíam abastecimento de água satisfatório, tanto em qualidade como em disponibilidade. Era o caso de Veneza, na Itália, em que a água das chuvas era captada por cisternas, e muitas vezes trazida de outras localidades em um operoso serviço de barcos. A mesma situação podia ser observada em cidades da Holanda, que tinham seu abastecimento resumido às cisternas, aos poços de pouca profundidade e à água provinda dos canais (Braudel 1995 p. 202).

Com as cidades brasileiras não era diferente. Estas, em geral, eram mal abastecidas de água durante os séculos XIX e primeira metade do XX. O maior problema, no entanto, não era a disponibilidade ou abundância, mas sim o acesso e a qualidade deste recurso. Os chafarizes eram um dos meios de assegurar o abastecimento público nas áreas urbanas, embora fossem em pequeno número e bastante concorridos, além de estarem sujeitos ao mau funcionamento causado pela falta de manutenção adequada e constantes depredações. Por outro lado, as opções mais comuns e recorrentes eram as bicas de água e as fontes naturais, que, no entanto, exigiam maior deslocamento, uma que vez que se localizavam em pontos distantes, além de oferecerem o risco de uma água de menor qualidade (Martinez 2007 p. 75).

A população da cidade de Desterro, durante todo o século XIX, se serviu de fontes e poços particulares e de algumas fontes públicas, cujas principais eram: a Fonte de Ramos ou da Carioca,

Aline Gabriela Klauck; João Klug

localizada no Largo Fagundes (próximo a atual Rua 7 de Setembro), a Fonte do Largo da Palhoça (atual Rua Vidal Ramos), e a Fonte do Campo do Manejo (próxima ao atual Instituto Estadual de Educação). Além destas, a população se servia também da água de alguns córregos que banhavam o núcleo urbano de Desterro. Dentre eles se destaca o Rio da Fonte Grande, posteriormente Rio da Bulha, ou ainda como veio a ser conhecido depois, Rio da Avenida Hercílio Luz, principal fonte de água do povoado de Nossa Senhora do Desterro, desde sua criação (Ramos 1986 p. 19).

Podemos melhor observar a localização da cidade de Desterro (atual Florianópolis) e sua área central analisada no presente artigo, no mapa 1. O mapa 2, a seguir, nos mostra as principais fontes de água no centro da vila. Destacamos que, de algumas, temos relatos de existência já no séc. XVIII, como informado no mapa, à exemplo a Fonte do Rio da Bulha. Esta permanece sendo amplamente utilizada durante todo o século XIX. Outras, porém, como o caso da Fonte do Campo do Manejo, da Carioca e a do Largo da Palhoça, a datação remonta à primeira metade do século XIX (Da Veiga 2010 p. 42).

No contexto do Brasil Imperial, a conservação das fontes de abastecimento público de água foi alvo constante de queixas dos moradores junto aos governantes, principalmente junto às Câmaras Municipais. Em Nossa Senhora do Desterro podemos observar um movimento semelhante. Desde o período colonial, as Câmaras Municipais eram órgãos responsáveis por funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia nos municípios, as menores unidades administrativas da Colônia. Ao longo do tempo, conforme os interesses da Coroa, foram criados cargos e funções que passaram a limitar a autonomia da Câmara que, gradativamente, passou a concentrar apenas as funções administrativas (Faoro 2001 p. 220).

Uma tendência que ganhou certa importância no final da década de 1820 foi considerar que as responsabilidades relativas ao abastecimento e à higiene das cidades deveriam ser atribuições das autoridades municipais. Foi quando então o governo imperial aboliu a organização sanitária que existia desde os tempos coloniais, suprimindo os cargos de provedor-mor, físico-mor e cirurgião-mor, de modo que as Câmaras Municipais passaram a ser encarregadas da inspeção sanitária e se tornaram responsáveis pela higiene dos logradouros públicos, e também dos rios e várzeas (Sant'anna 2007 p. 137).

Aline Gabriela Klauck; João Klug

Mapa 1. Localização do Polígono Central.

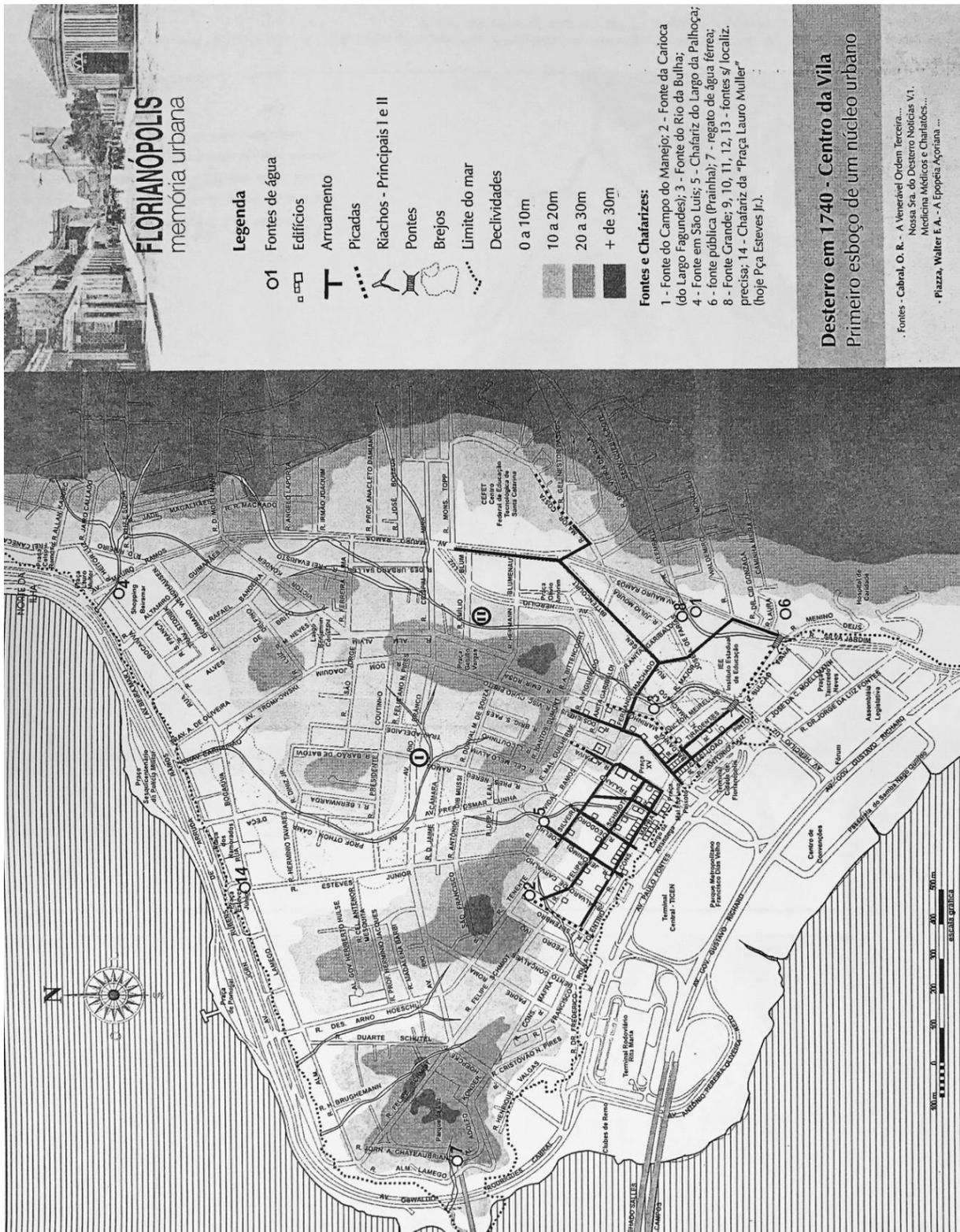


Fonte: Da Veiga EV 2010 3ª ed. Florianópolis Memória Urbana. Fundação Franklin Cascaes, Florianópolis, 463 pp.

Águas, Fontes e Aguadeiros: Uma reflexão sobre o abastecimento hídrico de Nossa Senhora do Desterro no século XIX

Aline Gabriela Klauck; João Klug

Mapa 2. Desterro em 1740 – Centro da Vila (Fontes de água potável).



Aline Gabriela Klauck; João Klug

Em julho de 1830, Luiz Nunes Pires envia à Câmara de Desterro, da qual era Fiscal, um relatório sobre as obras de utilidade pública das quais necessitava urgentemente a cidade. Sobre os problemas do abastecimento ele escreve:

A continuação da nova obra da Carioca que se acha presentemente parada, hé de absoluta necessidade o seu acabamento conforme o risco principiado; pois esta nascente fornece bastante agua para duas bicas. A caixa d'agua igualmente tem precisão de huma nova construção mais profícua ao Publico, por quanto sendo huma nascente cristalina, digo, mui cristalina he constantemente alterada pelo revolvimento que lhe dão á frequencia dos barris ali submersos para tira-la; e em tempo de sêca, em que a agua baixa do nível do tanque chegam acahir dentro os Pretos na acção de levantarem os potes pela falta de apoio á ajuda-los. Outro tanto se pode dizer do tanque mal construido do Campo do Manejo, que sendo aliás huma agua boa apenas se pode beber pelo seu revolvimento sobre hum chão lamacento.⁵

Como podemos observar, os problemas de abastecimento e falta de condições para a obtenção adequada da água pelos moradores da cidade são reforçados ao se constatar o estado das fontes disponíveis, bem como a quantidade de fontes necessárias a uma população urbana em crescimento. Os três chafarizes públicos eram vistos como depósitos de água estagnada, lamacentas e lodosas, e por isso focos de muitas enfermidades. Deve-se destacar que uma população ascendente, como em Desterro no século XIX, experimenta uma série de mudanças na relação com o espaço que ocupa, e com as riquezas das quais dispõe, tendo a sua estrutura que se readaptar às novas necessidades. Neste sentido, como analisa Braudel (1995 p. 23), devemos considerar que até certo limite, o aumento populacional é benéfico, uma vez que há o aumento da produção, das trocas, o crescimento de aldeias e cidades, das manufaturas. Passado o limite, é prejudicial: ultrapassa as possibilidades de sustento da sociedade, podendo haver uma deterioração dos níveis de vida.

A realidade dos rios urbanos responsáveis pelo abastecimento da cidade também era causa de preocupação, uma vez que toda a porção central a oeste da Ilha, ponto onde se fundou a vila de Nossa Senhora do Desterro, era banhada por rios de pequena vazão, dificultando a renovação das águas, exceto em dias de chuva forte. Os outros rios da Ilha, ou mesmo a Lagoa do Peri, apesar de serem importantes fontes de água doce, por estarem afastados da porção central da cidade, nunca foram usados para suprir a escassez em função da ausência de obras de canalização. Dessa forma, em Desterro no século XIX usava-se apenas a água que estava próxima, se doce para beber ou lavar roupas – águas provenientes dos rios, córregos e fontes - se salgada para despejo de materiais inservíveis - água do mar, poluída ou não (Cesco 2011 p. 152).

Como afirma a engenheira Elaine Ferreira, em sua dissertação de Mestrado intitulada “Decisão de implementação de sistema de abastecimento público de água: o caso de Florianópolis e região

⁵ Registro do relatório enviado pelo Fiscal da Câmara Luiz Nunes Pires à Câmara Municipal de Nossa Senhora do Desterro em 5 de julho de 1838. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Aline Gabriela Klauck; João Klug

circunvizinha”, o fornecimento de água potável à população da cidade foi por um longo período um problema de saúde pública, uma vez que o abastecimento nas fontes era bastante precário. De acordo com a autora:

Elas possuíam uma pequena vazão e sua qualidade era duvidosa, isto porque os escravos e aguadeiros, que delas retiravam a água, não tinham o devido cuidado. Não era incomum pessoas tomarem banho nestas fontes e após recolherem água em barris ou outros reservatórios para levarem-na à suas residências e usarem-na na alimentação e higiene pessoal. Em épocas de estiagem, a quantidade de água diminuía consideravelmente e o fundo lodoso das fontes ficava a mostra. As pessoas eram obrigadas a levar este lodo para casa a fim de suprir suas necessidades (Ferreira 1993 p. 15).

Ainda acerca destas fontes, os registros da época evidenciavam a péssima qualidade da água, e a quantidade insuficiente para suprir a demanda, como podemos observar no trecho abaixo, retirado do Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado no ano de 1860 à Assembleia Legislativa Provincial:

A água estagnada dos depósitos que formão os chafarizes do Campo do Manejo, Carioca e Palhoça constitue a principal fonte que em geral abastece a população desta cidade. A impureza e péssima qualidade das águas é por si só um elemento formidável de destruição e a origem de muitas enfermidades. Convém, pois, providenciar a este respeito.⁶

No relatório anual do governo de Francisco José da Rocha, de 1886, foi igualmente evidenciada a preocupação com o abastecimento hídrico da cidade de Desterro. Nele, o presidente da província catarinense afirmou serem incontestáveis as péssimas condições higiênicas em que se encontrava a cidade naquela época. Fato este que era datado de muito tempo, não havendo época do ano que não se esperassem certas moléstias. A estas, atribuíam-se como causa principal a péssima água que a população ingeria, sendo indispensável que se recorresse aos meios de fazer sanar estes males.⁷

Os Códigos de Posturas Municipais funcionavam como importante mecanismo de regulamentação e fiscalização do uso das fontes de água pela população. As Posturas eram produzidas pelas Câmaras Municipais e posteriormente aprovadas, ou não, pelo Presidente da Província. Estas prescrições eram limitadas aos municípios aos quais estavam direcionadas, e possuíam suas bases assentadas na experiência cotidiana e em conflitos reais. Deste modo, as Posturas Municipais podiam indicar tanto as tentativas de controle, domesticação e ordenamento dos usos das águas, quanto às formas contrárias que eram praticadas. Com isto, elas se constituem em documentos privilegiados não

⁶ Relatório do presidente da província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1a sessão da 10a legislatura. Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil, 1860. [database on the Internet]. Center for Research Libraries - [cited 2016 Aug 10]. Available from: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina.

⁷ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da província de Santa Catharina na 1a sessão de sua 26a legislatura pelo presidente, dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886. Desterro, Typ. do Conservador, 1886. [database on the Internet]. Center for Research Libraries - [cited 2016 Aug 10]. Available from: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina.

apenas para observar os mecanismos de capilarização e internalização da norma nos sujeitos, mas também para perceber as “maneiras de fazer”, realizadas de múltiplas formas e em nível microscópico do cotidiano, mas que compõem a “rede de uma antidisciplina” (Certeau 2007 p. 41-42).

Como coloca Átila Alcides Ramos, em livro intitulado ‘Memórias do Saneamento Desterrense’, as posturas municipais multavam em oitocentos contos de réis os que prejudicassem a limpeza e o funcionamento das fontes públicas, e em mais vinte e quatro horas de cadeia para quem fosse reincidente. No entanto não havia meio de obstar o grave inconveniente, pois a procura era grande, a vigilância era pouca e as instalações totalmente ausentes (Ramos 1986 p. 23). A poluição das águas decorrente do mau uso também era alvo da tentativa de regulamentação por parte do governo de Desterro. O artigo 86 do Código de Posturas Municipal de 1845 determinava a proibição dos banhos nas praias e nas fontes da cidade, sob a pena de multa aos livres e encarceramento aos escravos que assim o fizessem.⁸ No entanto a poluição das águas continuava sendo uma realidade, apesar de algumas tentativas legais de prevenção.

Entre o chafariz, fonte ou bica, e o consumo doméstico havia a necessidade de que a água fosse coletada e transportada pelos moradores até suas residências. Os que não realizavam esta tarefa recorriam aos aguadeiros ou carregadores de água, que circulavam pelas ruas da cidade vendendo o líquido. Percebe-se que esta demanda fez surgir figuras sociais bastante características, comuns no espaço urbano neste período.

De acordo Fernand Braudel (1995), o progresso nos sistemas de abastecimento foi tardio, e, até então, em todas as cidades do mundo, o aguadeiro impôs os seus serviços. Em Paris, o abastecimento de água empregava a 20 mil aguadeiros que “todos os dias sobem umas trinta ‘vias’ (isto é, duas selhas de cada vez) até os andares mais altos (a dois soldos a ‘via’)”. Na China, assim como em Paris, o aguadeiro também faz uso de duas selhas, espécie de vaso de madeira redondo e de bordas baixas, cujo peso equilibra nos dois extremos de uma vara (Braudel 1995 p. 204).

Como afirma o geógrafo Dalton da Silva (Silva 1989) – em sua dissertação de mestrado sobre os esgotos sanitários de Florianópolis – foi a partir do ano de 1860 que teve início, em Desterro, o comércio de água a domicílio, com a utilização de pipas sobre carroças pelos vendedores ou carregadores de água, os aguadeiros, como eram denominados nesta época. Depois do processo de coleta da água, ela era colocada em barris e transportada em carroças pela cidade, sendo entregue de porta em porta aos interessados. A água, utilizada desta forma, possuía melhor qualidade, pois provinha

⁸ Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital da Província de Santa Catarina. Nossa Senhora do Desterro, 10 de maio de 1845. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Aline Gabriela Klauck; João Klug

de fontes particulares, ou era coletada nas fontes públicas nas primeiras horas do dia. Desta forma, tal comércio teve boa aceitação, estabelecendo-se até o início do século XX, quando tiveram início os primeiros projetos para a distribuição de água canalizada em Florianópolis (Silva 1989 p. 47). O trabalho urbano esteve, assim, também marcado pelas limitadas condições técnicas e naturais do abastecimento na Desterro do século XIX.

O século XIX também conheceu o agravamento das dificuldades de abastecimento de água com o aumento da população e de sua concentração nas áreas urbanas (Martinez 2007 p. 79). As condições sanitárias e de higiene que já não eram satisfatórias, foram pioradas com a constante exposição dos moradores aos ambientes insalubres de trabalho e moradia, sem saneamento e coleta de lixo, por exemplo. Em um ofício remetido ao Presidente da Província João Carlos Pardal, em maio de 1838, pelo tenente comandante Joaquim Ignácio de Macedo Campos, vemos a preocupação das autoridades para com as nascentes de água. Este, em sua mensagem, solicita providências pelo mal-uso de uma nascente nas proximidades do Forte de Santa Anna, como se segue:

Tenho a honra de representar a Vossa Excelencia que havendo nas proximidades da Fortaleza do novo comando, huma fonte pública desde tempo imemorrável, que tendo sua nascente na chácara denominada do Vieira, vem á estrada, e della fazem uso todos o moradores da quelle contorno [...] um Jose Vieira, em por sua natural ignorância, não tem querido aceitar as admoestações que lhe tenho feito, para que não consinta junto a Mces que nesta fonte não se lave roupa, nem bebão animais, nem fação despejos que empragnam a água [...] na Fortaleza será o único recûrso que na qelles lugares há daquella natureza; rogo respeitosaente a Vossa excelencia que se digne a dar aquellas providencias que lhe parecem mais justas: pois de eu não ter conhecimento da legislação, me parece que ella rege o uso de regras de beber, que estão em uso publico, com quais os donos dos terrenos por mdo ellas passão não lhes podem chamar exclusivamente suas.⁹

Todas essas dificuldades também geravam conflitos e disputas entre os diferentes segmentos da sociedade desterrense. Em ofício à Câmara Municipal de Desterro em 13 de dezembro de 1843, o Presidente da Província de Santa Catarina, Marechal Antero José Ferreira de Brito, afirma que na sessão de 15 de abril do corrente ano, os moradores da rua da Bica enviaram-lhe um pedido de não impedir os moradores de lavar na dita fonte que fica nesta rua, em propriedade de Francisco Reis da Silva. E continua:

[...] que numa fonte alem dos moradores do lugar e muitos da cidade tão bem se lavão as roupas do Hospital da Caridade deliberou que a fonte continuasse a servir para logrados públicos, e que desde já se lutasse da desapropriação dos terrenos em questão para não

⁹ Ofício remetido pelo tenente comandante Joaquim Ignácio de Macedo Campos ao presidente da Província de Santa Catarina João Carlos Pardal em 24 de maio de 1838. Acervo do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Águas, Fontes e Aguadeiros: Uma reflexão sobre o abastecimento hídrico de
Nossa Senhora do Desterro no século XIX

Aline Gabriela Klauck; João Klug

apresentar dívidas a respeito. Esta Câmara já em sessão de 7 de outubro de 1841 resolveu que a referida fonte ficasse sendo de uso público [...]¹⁰

Outro ofício, de 29 de dezembro de 1843, do secretário da Presidência da Província, José da Silva Mafra, à Câmara Municipal, dá prosseguimento ao caso, sugerindo a indenização do terreno ao proprietário, para que o mesmo se tornasse público:

Illmo Senhores = Sendo insustentável aforamento do terreno da marinha sobre que a Câmara Municipal desta Cidade representou a Vossa Excelência em dado 13 do corrente; por se ter feito o indicado aforamento em prejuízo da servidão pública contra a empresa determinação da Provisão com resolução de Consulta de 13 Outubro de 1740; sou por isso de parecer que seja o actual foreiro Francisco Reis da Silva desonorado do foro que paga pelo mesmo terreno, e que este seja condesido a dita Câmara para logradouro público, indemnizando esta ao indicado foreiro da importância de cinquenta e sete mil e oitocentos reis que dispendeu com a compra do mesmo terreno.¹¹

No entanto, o livre acesso às águas, pouco a pouco, foi desaparecendo frente à ação de novos e fortes concorrentes. Por meio de cercamentos, canalização e desvio de nascentes e riachos a apropriação privada tinha sua parcela neste processo, agravado também por uma crescente mercantilização da água, inicialmente praticada pelos aguadeiros, e depois pelas companhias públicas e privadas de abastecimento (Martinez 2007 p. 81).

Como vimos, a diversidade de usos das águas em Desterro, em fontes, cariocas, caixas d'água e demais reservatórios abertos era grande, em alguns deles havia a lavagem de roupa, de crianças e até a presença de animais saciando sua sede. O significado, portanto, do “indevido” e do que era certo ou errado fazer podia variar, muitas vezes de acordo com as posses e as influências dos reclamantes.

Importantes fontes de abastecimento de água à população das cidades, as fontes e chafarizes também podem ser analisadas como espaços de sociabilidade peculiares, uma vez que por eles circulavam muitos e diferentes tipos sociais. Escravos, carregadores e vendedores de água, viajantes, lavadeiras, desocupados, entre outros, podiam causar discussões, disputas, provocações e mal-entendidos na hora de coletar a água que precisavam, e por isso eram vigiados por soldados encarregados de impedir confusões (Martinez 2007 p. 70).

Em ofício do ano de 1838 aos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Desterro, o Presidente da Província João Carlos Pardal trata a respeito do fornecimento de uma

¹⁰ Ofício enviado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Marechal Antero José Ferreira de Brito, à Câmara Municipal de Nossa Senhora do Desterro em 13 de dezembro de 1843. Acervo do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

¹¹ Ofício do Secretário da Presidência da Província de Santa Catarina, José da Silva Mafra, à Câmara Municipal de Nossa Senhora do Desterro, em 29 de dezembro de 1843. Acervo do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Aline Gabriela Klauck; João Klug

sentinela efetiva para a fonte do Campo do Manejo e de ronda policial para o Largo do Senado.¹² Também podemos observar a preocupação com a vigilância das fontes de água da cidade em mais um ofício de Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito. Este, em setembro de 1843, solicita que, mesmo não havendo força bastante, nem policial, nem de “Linhas” para fornecer-se a patrulha ou sentinela, que pelo ofício de 6 do corrente mês/ano, haviam requerido para o largo da “Caixa d’agoa da Carioca”, que essa e a outra fonte sejam rondadas a miúdo para serem evitados os maus atos mencionados.¹³

Como afirma a historiadora Denise Bernuzzi Sant’anna:

Por vezes, as disputas pela água tomavam a forma de brigas entre os frequentadores dos chafarizes e contavam com a intervenção da polícia. Por conseguinte, a presença dos chafarizes podia tanto valorizar os terrenos a eles vizinhos como, ao contrário, contribuir para deles afastar as famílias abastadas que porventura residiam próximas a estes conhecidos locais de aglomeração (Sant’anna 2004 p 84).

Ainda segundo a autora, ao analisar as relações entre os usos da água na cidade de São Paulo e o corpo de seus moradores no século XIX, afirma que dos antigos rios, fontes e chafarizes até o estabelecimento da Companhia Cantareira, uma cultura das águas caracterizou a vida paulistana, marcou disputas e alianças sociais, além de ter revelado gestos e sensibilidades que não são mais visíveis no cotidiano da cidade atual.

Assim, ao discorrer sobre a relação das pessoas com a água e os usos que dela faziam, a autora nos oferece importantes análises, uma vez que os usos deste fluido essencial nem sempre foram entendidos dentro dos mesmos valores e necessidades que temos hoje. O gesto de abrir e fechar as torneiras que atualmente executamos com naturalidade em nosso cotidiano, não era muito evidente para indivíduos habituados a retirar a água com baldes, bacias ou canecas de dentro de poços, tinas, fontes ou rios. O frequente uso de baldes para recolher a água dos rios e fontes, bem como a necessidade de suspendê-los e colocá-los na cabeça para o transporte, eram gestos bastante comuns em boa parte do século XIX e início do XX. Além disso, havia uma infinidade de utensílios e materiais utilizados para a coleta, transporte e armazenamento da água, testemunhos da cultura técnica e material da época, como barris, pipas, filtros de barro, cuias, potes, jarros, baldes, entre tantos outros. Seus usos e modo de transporte fornecem informações preciosas sobre o cotidiano da cidade (Sant’anna 2002 p. 102).

¹² Ofício enviado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, João Carlos Pardal, aos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Desterro em 09 de agosto de 1838. Acervo do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

¹³ Ofício do Presidente da Província Antero José Ferreira de Brito à Câmara Municipal de Nossa Senhora do Desterro em 09 de setembro de 1843. Acervo do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Aline Gabriela Klauck; João Klug

Os materiais utilizados para a limpeza do corpo e para acondicionar água potável são também fortes indicadores dos níveis de riqueza de seus usuários e sugerem seus costumes, gostos e valores higiênicos. O uso diário de bacias e gamelas também pode ser indicativo de práticas de limpeza corporal hoje menos usuais do que no passado: no lugar do banho completo, algumas famílias tinham o hábito de lavar os pés após o dia de trabalho, antes de dormir, ou ainda, oferecer uma bacia com água morna para o descanso e a limpeza dos pés dos viajantes, como uma espécie de atestado de boa educação, hospitalidade e respeito (Sant’anna 2007 p. 80).

O advento da torneira contribuiu para criar novas noções em relação ao uso da água, bem como facilitar e ao mesmo tempo estimular medidas de economia. Da mesma forma materializava o desejo de algumas autoridades públicas de regradar o consumo de água, como no caso das torneiras em chafarizes públicos. Contribuía, portanto, para fomentar a noção de que a água é um bem privado, e de que cada um é responsável por este equipamento após o uso, tendo que fechá-la. Por outro lado, havia reclamações, pois com as torneiras se tornava mais difícil a obtenção de água, uma vez que cada coletor precisava esperar para obter a quantidade desejada do líquido sempre que ela for aberta. Daí também resultavam os descontentamentos. Antes do uso das torneiras em chafarizes públicos, quando a fonte natural secava, o descontentamento daqueles que precisavam de água se voltava contra a natureza. No entanto, quando era a torneira que “secava”, a culpa tendia a se voltar para os responsáveis pela instalação deste aparelho (Sant’Anna 2002 p. 105).

Atualmente, a capital de Santa Catarina é abastecida por três importantes sistemas: o que atende a costa norte, através de manancial subterrâneo; o sistema que beneficia a costa leste/sul, utilizando o manancial da Lagoa do Peri; e maior dentre todos, o Sistema Pilões/Cubatão, responsável por 84% do abastecimento, suprindo praticamente as demais áreas compreendendo o Continente, a porção central da Ilha e bairros adjacentes (Passos & Orofino s/d p. 9). No entanto, podemos observar que o abastecimento de água por vezes ainda constitui um problema em Florianópolis, sendo que interrupções no fornecimento de água a vários pontos da cidade são bastante frequentes – sobretudo na temporada de verão, quando o número de habitantes aumenta em função do turismo – nos quais a falta do líquido, ou o serviço de água de má qualidade, provoca inúmeros transtornos à população da Grande Florianópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou analisar, sob a ótica da história ambiental, as relações estabelecidas entre os habitantes de Desterro no século XIX face à água e ao abastecimento hídrico da cidade, atentando para

Aline Gabriela Klauck; João Klug

as diferentes formas de utilizar este recurso natural, empreendidas por diversos agentes sociais, tais como governantes, aguadeiros, vigias e a população em geral.

Ao procurarmos compreender como a água se tornava disponível para a população da cidade, pudemos observar as inúmeras questões diretamente relacionadas ao acesso e à qualidade deste recurso em Desterro, bem como os problemas advindos da má conservação das fontes e chafarizes, alvos constantes de críticas e reclamações por parte da população aos órgãos responsáveis. Ficaram evidenciados também, em meio à reflexão sobre o abastecimento e os desafios para organizá-lo, os conflitos sociais advindos das dificuldades encontradas nos serviços de abastecimento de água utilizados pela população, nas disputas pela utilização das poucas e malconservadas fontes que havia.

É importante destacar, no entanto, que ao propor uma leitura histórica a respeito do abastecimento de água em Desterro no século XIX, a fim de analisar como este recurso fundamental se tornava disponível para o consumo da população na cidade, não se optou por fazer uma história da destruição das fontes de água e da poluição dos rios, – embora isso seja sinalizado em alguns momentos – onde práticas humanas estariam sempre em oposição à natureza. Buscou-se, portanto, atentar para relação dos sujeitos com o mundo natural que os circunda, e, sobretudo, para os usos do recurso natural hídrico, considerando o lugar e o papel que o meio ambiente ocupa nas transformações sociais determinadas historicamente.

Deste modo, vale ressaltar, que não se pretendeu trazer uma abordagem do ser humano unicamente como elemento destruidor da natureza, nem se utilizar da ultrapassada concepção de oposição entre humanidade e natureza, “na qual, o homem, para criar a cultura, afaste-se do meio natural, usando os seus recursos como uma espécie de armazém” (Duarte 2005 p. 150). A presente abordagem historiográfica, sem deixar de considerar uma realidade de mau uso do recurso hídrico, buscou observar os demais aspectos das condições históricas do uso e do gerenciamento deste recurso natural na cidade de Desterro, evidenciando tradições culturais, sociabilidades, conflitos, gestos e sensibilidades, entre outras questões relacionadas ao tema.

Na busca por tratar dos problemas concretos da sociedade florianopolitana, e dos antecedentes históricos de tais problemas, encontramos, em escala menor, os significados teóricos para uma História Ambiental no Brasil. Como sustenta Martinez (2006 p. 19.), tal abordagem permite a compreensão das relações sociais que orientaram os usos, as apropriações e representações dos recursos naturais. Ao propor uma nova visão do passado, o da relação dos humanos com a natureza, a História Ambiental, portanto, nos ajuda também a evidenciar uma visão crítica do presente.

Aline Gabriela Klauck; João Klug

Ao buscarmos uma relação entre os aspectos materiais e culturais relativos ao abastecimento hídrico em Desterro, é possível observarmos o quanto esses devem ser compreendidos de maneira indissociável, de modo que há determinados comportamentos e práticas que podem ser percebidos numa duração mais longa, mesmo que nossos recortes temporais sejam mais reduzidos. Podemos, dessa maneira, também considerar a importância da dinâmica espacial da experiência histórica, da experiência humana, uma vez que as relações sociais se espacializam transformando a natureza e o ambiente.

A partir desta análise, portanto, podemos compreender como as relações sociais se conectam ao meio ambiente, transformando-o. E por outro lado, perceber que relações sociais também espacializam questões mais sutis, sejam elas de poder, de relações de gênero, relações de exploração de trabalho, e de conflitos entre os próprios estratos de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

- Braudel F 1995. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 1, Martins Fontes, São Paulo, 544 pp.
- Cabral OR 1979. *Nossa Senhora do Desterro*. Lunardelli, Florianópolis, 572 pp.
- Certeau M 1982. *A escrita da história*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 385 pp.
- Certeau M 2007. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Vozes, Petrópolis/RJ, 351 pp.
- Cesco S 2011. Meio ambiente e saúde pública: a urbanização de Nossa Senhora do Desterro no século XIX. *Esboços* 18(25):142-163.
- Corrêa DS 2012-2013. História Ambiental e Paisagem. *HALAC* 2(1):47-69.
- Da Veiga EV 2010. *Florianópolis Memória Urbana*. 3ª ed. Fundação Franklin Cascaes, Florianópolis, 463 pp.
- Drummond JA 1991. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos* 4(8):177-197.
- Duarte RH 2005a. *História e Natureza. Autêntica*, Belo Horizonte, 112 pp.
- Duarte RH 2005b. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review* 41(2):144-161.
- Faoro R 2001. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. Globo, São Paulo, 929 pp.
- Ferreira E 1993. *Decisão de implementação de sistema de abastecimento público de água: o caso de Florianópolis e região circunvizinha*, Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 72 pp.
- Martinez PH 2006. *História Ambiental no Brasil. Pesquisa e ensino*. Cortez, São Paulo, 120 pp.

Aline Gabriela Klauck; João Klug

Martinez PH 2007. O abastecimento de água: vida cotidiana e desigualdade social. In PH Martinez (Org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*, Editora Senac, São Paulo, p. 69-82.

Pádua JA 2010. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados* 24(68):81-101.

Passos EB, Orofino FV. *O saneamento básico na Ilha*. [cited 2015 Sep 6] Available from: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=historia+do+saneamento+em+florianopolis&menu=5>

Ramos AA. 1986. *Memórias do Saneamento Desterrense*. Ed. da CASAN, Florianópolis, 168 pp.

Sant'anna DB 2002. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). *Projeto História* 25:99-114.

Sant'anna DB 2004. Vida e morte dos chafarizes na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Histórico Municipal* 203(1):81-90.

Sant'anna DB 2007. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. Ed. Senac, São Paulo, 320 pp.

Schmidt L, Delicado A 2014. Alterações climáticas na opinião pública. In L Schmidt, A Delicado. (Orgs.). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia*. Portugal no Contexto Europeu. Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Silva D 1989. *Os esgotos sanitários de Florianópolis*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 560 pp.

Worster D 1991. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos* 4(8):198-199.

Worster D 2012. A natureza e a desordem da história. In JLA Franco, S Dutra e Silva, JA Drummond (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Garamond, Rio de Janeiro, p. 367-384.

Waters, Fountains and Water Sellers: A reflection on the water supply of Nossa Senhora do Desterro in the 19th century

ABSTRACT:

In the debate of the historian with his time the environmental theme becomes more and more present, and, within this, the theme related to water, its uses in different times and in different societies, it is certainly a very relevant topic. In this way, this text proposes a prospective analysis of the water supply of the city of Nossa Senhora do Desterro (present Florianópolis) in the 19th century, with emphasis on the material and cultural aspects of the relations established between the habitants of the city and its

Aline Gabriela Klauck; João Klug

waters. As sources are used official documents, such as reports of the President of the Province, minutes and official communication of Florianópolis City Hall, as well as the Code of Municipal Postures, in order to understand how the public power, through laws, regulations and decrees, sought to regulate use and access to the resource. It is sought, under the bias of Environmental History, to focus on the relation of subjects to the natural world which surrounds them, and, above all, to the uses of the natural water resource, considering the place and role that the environment occupies in social transformations historically determined. The present historiographical approach, without leaving behind a consideration of a reality about the misuse of water resource, sought to observe the other aspects of the historical conditions of the use and management of this natural resource in the city of Desterro, showing sociabilities, conflicts, gestures and sensitivities, among others related issues.

Key-words: Environmental History; Water; Water Supply; Florianópolis.